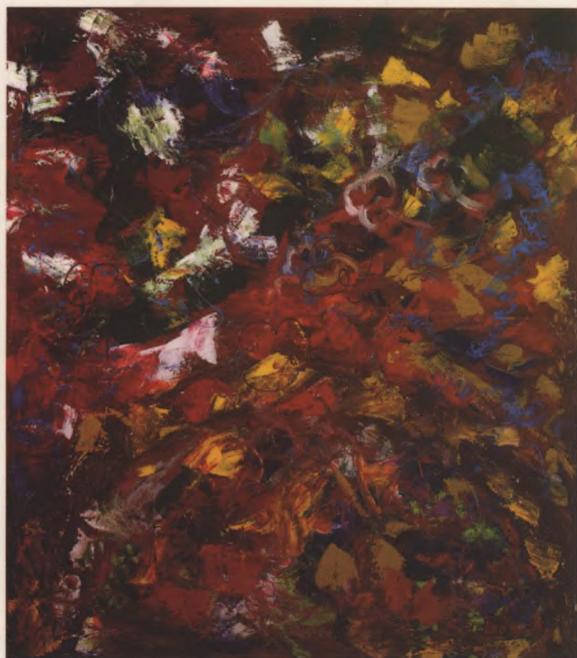


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



O ESTADO

VOLUME 26, 2005

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RECENSÃO CRÍTICA

OLIVAL, Fernanda - *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, 2001.

É habitual que a recensão crítica de um livro seja efectuada pouco após a sua edição. Não é esse o caso presente. O texto de que é objecto esta nota de leitura já foi publicado em 2001. Todavia, em função deste volume da *Revista de História das Ideias* ser dedicado ao Estado, parece-me indispensável apresentá-la aqui e só agora. E que *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, da autoria de Fernanda Olival, constitui o contributo mais inovador que recentemente se produziu na historiografia portuguesa sobre o Estado naquela época.

Este é um magnífico e incontornável livro para quem, a partir do conhecimento do funcionamento das Ordens Militares, queira entender o processo de consolidação do Estado Moderno em Portugal, e ainda o modo como a monarquia funcionou como centro legitimador e definidor das classificações sociais na sociedade portuguesa de então. E esta perspectiva a que a autora conduz o leitor - se é que não foi também forçada a isso em função dos dados que ia descobrindo - através de profunda viagem pelo universo das Ordens Militares (Avis, Santiago e, sobretudo, Cristo). Aqui reside a sua enorme originalidade. Ao invés do que uma leitura apressada do título da obra poderia sugerir, este não é um livro sobre as Ordens Militares. Ele é também isso, mas não se reduz a essa dimensão. Trata-se, em rigor, de uma pesquisa sobre o Estado e a sociedade,

instâncias para as quais as Ordens Militares foram um elemento fulcral das configurações que ambos vieram a assumir. É isso que a autora coloca à disposição do leitor, através de construção muito bem articulada, sólidamente documentada e teoricamente bem pensada.

Se é possível encontrar uma tese central no âmbito deste livro de enorme densidade informativa, ela parece-me ser a de que os recursos materiais (comendas) e simbólicos (veneras, etc) das Ordens Militares, sobretudo da Ordem de Cristo, constituíram um instrumento decisivo para a consolidação do Estado e para a definição e funcionamento da ordem social no Portugal Moderno. E isso porque, no quadro da "economia das mercês" - sem o qual dificilmente se percebe o funcionamento da sociedade e da política modernas - quanto maior era o poder da monarquia, mais meios materiais e simbólicos esta exigia para recompensar os súbditos que a apoiavam (p. 39). E que, como inteligentemente nota, "seria absurdo opor a Coroa aos súbditos em muitos dos seus interesses" (p. 5). Isto é, tal como notou W. Reinhard (*Power elites and state building*, 1996), não é possível pensar o complexo processo de construção gradual do Estado à luz de uma lógica de interesses antagónicos e conflituantes entre o monarca e os súbditos.

Ora, em Portugal, tal como se demonstra neste livro, os meios usados neste dinâmico processo teriam sido, fundamentalmente, obtidos através das Ordens Militares. As raízes desta estratégia remontam a medidas iniciadas por D. Manuel I e consolidaram-se com a incorporação definitiva das Ordens na coroa, em 1551. Essa incorporação, como nota Fernanda Olival, para além de ter sido uma importante fonte de recursos materiais e de posse do padroado de muitos benefícios eclesiásticos, com os quais podia fazer mercês e recompensar serviços e servidores, significou também "a monopolização da violência e da justiça (punitiva e distributiva) peças que se terão revelado cruciais na construção do Estado" (p. 43). O facto de, ao longo do Antigo Regime, os monarcas terem tomado várias medidas para organizar a economia das mercês, como sublinhou (p. 110), é mais um sinal revelador de quanto isso era considerado essencial no exercício da governação e daí, nesta óptica, a importância do domínio das Ordens.

Como já se referiu, a incursão sobre as Ordens obrigou também a pensar a organização social. É que ostentar uma insígnia de uma Ordem era mostrar aspectos essenciais da cultura de honorabilidade: ser servidor do rei, limpo de sangue e ter património suficiente para não sujar as mãos com trabalho. Daí que, ao controlar as Ordens, a monarquia

estivesse também a reforçar o seu papel enquanto legitimadora das classificações e estatutos sociais, particularmente nos casos de ascensão (p. 57). A constatação de que nas Ordens Militares havia muitos indivíduos que pouco tempo antes de as receberem eram "/mecânicos", isto é, exercitaram actividades consideradas vis, é outro dado notável aqui apresentado. Só no século XVIII, 39% dos cavaleiros admitidos entraram com "dispensa de mecânica" (p. 391). Este simples dado prova, apesar de tudo, uma relativa abertura à promoção social então existente. Estava instalada uma cultura de limpeza de sangue e de ofícios, é certo, mas é equívoco pensar que esses obstáculos eram inultrapassáveis.

É ainda de realçar o facto de, do ponto de vista metodológico, o estudo perspectivar o fulcro da acção histórica nas estratégias dos indivíduos e grupos que compõem a sociedade numa dada configuração epocal. Trata-se de postura que muito contribui para se ter confiança nos resultados alcançados e que foi anunciada com enorme clareza logo nas primeiras páginas: "Desejo de honrarias, anseio de poder e reciprocidade das dádivas eram valores e práticas comuns a quase todos os portugueses dos séculos XVI e XVII, incluindo os monarcas e os que pretendiam ou usufruíam de um hábito. Com tudo isto forjavam estratégias e relações quotidianas entre si (nem sempre em sintonia) e são essas que importa inquirir" (p. 5).

No mesmo plano das concepções metodológicas adoptadas, deve também valorizar-se a perspectiva comparativa que a análise patrocina. O cuidado em regularmente avaliar o modo como noutras monarquias, nomeadamente a castelhana e a francesa, se usaram e funcionaram as ordens de cavalaria é louvável. E, em última análise, é esta perspectiva comparativa que consente demonstrar como o poder da coroa era "significativo em Portugal", tal como faz quando recorda que em praticamente nenhuma outra monarquia europeia as doações régias tiveram um carácter tão precário e reclamaram recorrentes confirmações, tal como, em Portugal, estipulara a "lei mental" desde o reinado de D. Duarte (p. 5).

A exigência da investigação não se limitou ao manuseio de documentação exclusivamente produzida pelas Ordens Militares, esta conservada maioritariamente no núcleo documental da Mesa da Consciência e Ordens, preservado na Torre do Tombo e que Fernanda Olival conhece como ninguém. Paralelamente, mostra-se um apurado domínio da produção coeva, desde o direito, à parenética, à teologia moral, à literatura, *corpus* no qual a autora se inspirou para captar os princípios da cultura política dominantes que expôs no capítulo 1 da primeira parte.

Para além de pequenos lapsos que sempre ocorrem em obras desta dimensão e que são irrelevantes na economia geral do estudo (por exemplo, refere-se o "bispo Sebastião César de Meneses" (p. 21) e ele, de facto, nunca o foi, pese embora tenha sido eleito pelo rei para tal) e de algumas opções controversas (por exemplo, as excessivamente longas epígrafes com que abriu alguns dos capítulos, ou os critérios de transcrição documental que decidiu utilizar), há quatro questões que julgo reclamarem a necessidade de mais madura reflexão.

Em primeiro lugar, parece-me intrinsecamente contraditório tentar conciliar a tese de que "Desde o século XVI até ao final do Antigo Regime eram recorrentes as queixas sobre a decadência e a desvalorização das três Ordens Militares" (p. 447), com a proposta de fundo exposta no decurso de todo o estudo, segundo a qual a monarquia portuguesa moderna fez assentar o seu poder numa sábia gestão dos valores materiais e simbólicos a elas associados, bem como com a tese de que houve da parte de quase toda a sociedade um grande investimento social para a obtenção do prestígio que as Ordens Militares dispensavam. Como se elas estavam decadentes? E como se o rei usou os seus abundantes recursos materiais tão profusamente?

Em segundo lugar, também parece difícil articular a ideia de que só com a reforma das Ordens de 1789, no reinado de D. Maria I, é que a monarquia reforçou definitivamente o seu papel sobre elas (p. 495) e de que o Estado controlava de modo limitado os seus recursos materiais (p. 518). Isto não se conjuga, de facto, com o que resulta da leitura de todo o texto, no qual se demonstra que, sobretudo depois de 1552, o domínio da monarquia sobre elas foi enorme e que foi também com base nos proventos materiais disponibilizados pelas Ordens que a monarquia recompensou muitas das suas clientelas.

Em terceiro lugar, e é natural que assim seja, parece haver um centramento exagerado no papel das Ordens Militares enquanto alavanca ou sustentáculo da economia das mercês por parte da coroa. E que houve outros instrumentos usados pela coroa que tiveram também influência decisiva no aumento da capacidade da monarquia para gratificar os que a serviam e, por essa via, "construir o Estado". Destaco apenas os recursos da Igreja (desde pensões sobre as rendas das dioceses a imensos benefícios em paróquias e cabidos do padroado régio), os proventos do comércio ultramarino (particularmente em algumas conjunturas) e ainda os lugares e cargos na administração do extenso império (que eram, é certo,

simultaneamente um serviço prestado, mas também uma recompensa pelas oportunidades de enriquecimento que abriam aos seus titulares).

Por último, creio que é de repensar o limite cronológico inicial que foi dado ao título do livro: 1641. O estudo de facto elaborado recua bastante no tempo e apresenta, recorrentemente - e bem - minuciosas reconstituições de processos anteriores a esta data, sem o que a percepção total do que se analisa seria inviável. É que a lógica geral de todo o sistema que concebeu já funcionava muito antes de 1641.

Mas estas notas críticas não colocam em causa a enorme valia da obra. Tanto mais que ela ajuda a desmontar certas tendências interpretativas que dominam a produção historiográfica portuguesa desde os meados dos anos oitenta do século passado, nomeadamente a tese da inexistência de um Estado Moderno, da debilidade do poder da monarquia imposta por limitações fácticas, ideológico-doutriniais e pela autonomia das estruturas periféricas do poder face ao centro e, num outro plano, a concepção de uma sociedade extremamente rígida e intransigente para com a mudança.

José Pedro Paiva